

PAES, Pedro Henrique da Silva\*

<https://orcid.org/0000-0003-1267-9092>

**RESUMO:** Entre 1937 e 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade permaneceu na direção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Durante o período do Estado Novo (1937-1945), o advogado mineiro, junto à grade de intelectuais que esteve à frente do trabalho técnico da instituição, elaborou um cotidiano administrativo que seria reproduzido ao longo de várias décadas. Este trabalho busca compreender como a regionalização do país em áreas de interesse e a cartografia patrimonial brasileira foram sendo desenvolvidas por esse cotidiano de trabalho. Procuramos analisar a estrutura administrativa do órgão federal, estabelecendo relação entre o conhecimento técnico e a elaboração de espacialidades, possibilitando identificar quais territórios seriam mais privilegiados pela política federal de preservação, sobretudo através do tombamento. Assim, por meio desse instrumento de preservação, buscamos compreender como o SPHAN elaborou uma narrativa histórica brasileira, consecutivamente uma narrativa sobre o passado sertanejo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio; Região; Cartografia; SPHAN.

**ABSTRACT:** Between 1937 and 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade remained in charge of the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). During the Estado Novo period (1937-1945), this lawyer from Minas Gerais, together with the group of intellectuals who were in charge of the institution's technical work, created an administrative routine that would be reproduced over several decades. This work seeks to understand how the regionalization of the country in areas of interest and Brazilian heritage cartography were being developed by this daily work. We sought to analyze the administrative structure of the federal body, establishing a relationship between technical knowledge and the development of spatialities, making it possible to identify which territories would be most privileged by the federal preservation policy, especially through listing. Thus, through this preservation instrument, we seek to understand how SPHAN created a Brazilian historical narrative, more precisely a narrative about the country's past.

**KEYWORDS:** Heritage; Region; Cartography; SPHAN.

---

\* Graduado em História e doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC); especialista em Ensino de Ciências Humanas pelo Instituto Federal do Ceará – Campus Caucaia (IFCE); mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: pedrohenriqueboris@hotmail.com.

**INTRODUÇÃO:**

A historiografia sobre a política de patrimônio brasileiro em torno do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1936, corriqueiramente, destaca a preponderância do Nordeste no projeto de nação idealizado pelos intelectuais modernistas que estiveram à frente do órgão federal de preservação, sobretudo Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Pois, visto o número de bens tombados, as viagens de reconhecimento/inspeção dos monumentos e os estudos especializados sobre a cultura material açucareira e da primeira capital administrativa brasileira, estados como Bahia e Pernambuco se destacaram. Entretanto, a seleção dessas espacialidades como meio possível de caracterizar a brasilidade obedeceram às narrativas históricas que associavam o desenvolvimento cultural com as condições econômicas que cada ciclo econômico fornecia.

Dessa forma, cabe nos perguntar, qual Nordeste foi privilegiado pelo projeto de nação elaborado por meio da política federal proposta pelo SPHAN, durante o Estado Novo (1937-1945)? Entretanto, buscamos nos aprofundar nessa querela através do ponto de vista do Nordeste que teve uma participação mais contida nesse projeto, alcançando as noções de sertão seguidas pelos intelectuais que, cotidianamente, atuaram nessa repartição pública. Ou seja, buscamos compreender que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” (LE GOFF, 2016, p. 485). Na guisa de problematizar a relação entre o nacional e o regional na política patrimonial elaborada pelo SPHAN, Gonçalves (2016) aponta que a diversidade cultural brasileira ficou a margem, pois as “demandas de várias unidades da federação deixaram de ser atendidas, pois havia antes de tudo que seguir os critérios do decreto-lei n. 25/37, conforme a interpretação dada pelos funcionários da sede, no Rio de Janeiro” (GONÇALVES, 2016, p. 61).

Ao traçar relação entre o aparelho burocrático estabelecido por uma noção de preservação do patrimônio brasileiro e categorias geográficas, buscamos compreender como o poder se manifestou por meio de noções jurídico-políticas e histórico-geológicas. Assim, nos permitindo refletir de como o saber foi empregado como estratégia de poder, tal como propôs Foucault (2010). Isto é, problematizamos como as noções de “região” e “cartografia” perpassaram por uma operação política-

estratégica que tomou o administrativo como dispositivo que “se inscreve em um solo ou em formas de discurso” (p. 158).

Portanto, quando realçamos os mecanismos de poder que se manifestaram no espaço e desempenharam a função de demarcadores territoriais, concordamos com Rubino (1996), quando aponta que “o conjunto dos bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens” (p. 97). Assim, a regionalização do SPHAN e a representação do patrimônio desses espaços fazem parte do exercício administrativo comandado pelos modernistas que estiveram à frente desse cotidiano institucional. Da seleção do que é patrimônio nacional à formação de redes políticos-intelectuais, a grade técnica do SPHAN, incluindo a cúpula localizada no Distrito Federal e os assistentes técnicos regionais, tiveram a oportunidade de elaborar a geografia do patrimônio que distinguia as zonas de interesses da política nacional de preservação e as representavam através dos tombamentos e cartografias patrimoniais.

### **POR UMA REGIONALIZAÇÃO DO NACIONAL: A ATUAÇÃO TÉCNICA-ADMINISTRATIVA E AS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO SPHAN**

Entre julho e agosto de 1939, Rodrigo de Andrade realizou viagem para visitar alguns estados do Nordeste que tivessem relevância para o projeto de nação elaborado pelo SPHAN. Assim, o diretor dessa instituição visitou a Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe com o objetivo de inspecionar os seus monumentos. A princípio, essa viagem ampararia a visita ao município de Porto Seguro (BA) que teria recebido investimento do empresário Othon Lynhe Bezerra de Melo para que fossem restaurados os bens do local onde os portugueses teriam chegado ao que, futuramente, chamaríamos de Brasil. É válido destacar que, até aquele momento, Porto Seguro não possuía nenhum bem tombado, o primeiro só seria concretizado em 1974, consistindo a paisagem do Monte Pascoal que teria sido a primeira porção de terra avistada por Pedro Álvares Cabral.

A iniciativa de Othon de Melo contou com a mediação de Samuel Ribeiro, presidente da Caixa Econômica de São Paulo. No caso, ao contribuir com a fundação da Rádio Tupi, Samuel Ribeiro possuía relações com Assis Chateaubriand (TEIXEIRA, 2014), fundador dos Diários Associados. Assim, explica-se a cobertura

realizada pelos periódicos da empresa de comunicação, como o *Diário de Pernambuco*, associado desde 1931. Segundo a edição de 13 de junho de 1939, o ministro da educação, Gustavo Capanema, receberia um cheque de 50 contos de reis dos Diários Associados, em nome de Bezerra de Melo e Samuel Ribeiro, e outro, no valor de 10 contos de reis, da fluminense Companhia Açucareira Vieira Martins destinados à restauração dos monumentos de Porto Seguro (SERÃO, 1939). Segundo o *Diário de Pernambuco*, a missão do diretor do SPHAN seria traçar “um programa completo de defesa do patrimônio artístico de Porto Seguro e estudará as medidas necessárias à execução ali do plano nacional de conservação dos monumentos históricos do país” (PELA, 1939). Além de Rodrigo de Andrade, o arquiteto José de Souza Reis completava a equipe.

Em 17 de agosto de 1939, o *Diário de Pernambuco* noticiava que o diretor do SPHAN chegara ao Recife com intenção de inspecionar o patrimônio pernambucano (MOVIMENTO, 1939). O mesmo periódico afirmava que a comitiva do patrimônio já estava em ação durante um mês, passando pela Bahia e Sergipe. Em Sergipe, Rodrigo de Andrade realizou inspeção ao patrimônio edificado de cidades, como Laranjeiras e São Cristóvão. A viagem foi guiada por José Calasans Brandão da Silva, intelectual sergipano interessado nos estudos folclóricos do estado, tornando-se um importante colaborador do SPHAN (SANTOS, 2018). Já, chegando à capital pernambucana, a dupla foi recebida por Ayrton de Carvalho e Ulysses Freire, funcionários do 4º distrito regional do SPHAN que compreendia os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Rodrigo de Andrade e José de Souza Reis permaneceram na capital pernambucana até 20 de agosto de 1939, quando partiram para João Pessoa.

A caminho da capital da Paraíba, além de Ayrton de Carvalho e Ulysses Freire, a equipe técnica do SPHAN contou com a companhia dos professores ginasiais Olívio Montenegro e Sílvio Rabello, assim como Eurico Joaquim Hess, funcionário da Seção de Documentação Fotográfica de Pernambuco (DA PARAÍBA, 1939). Na Paraíba, a comitiva do patrimônio foi recebida por outros dois intelectuais que atuavam no campo da preservação, Ademar Vidal e Clento Leite (ANDRADE, 1987, p. 32).

Até 1939, a Bahia e Pernambuco tinham, respectivamente, 39 e 61 bens tombados, representando aproximadamente 37% do que foi tombado no Brasil nos

dois anos de atuação do SPHAN. <sup>1</sup>De modo que, junto aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, esses eram os cinco estados brasileiros mais valorizados pela política de tombamento instituída pelo Decreto-lei nº 25/37.<sup>2</sup> A Paraíba, em 1938, obteve 11 bens reconhecidos como patrimônio. Já o caso de Sergipe, depois da viagem de reconhecimento de Rodrigo de Andrade teve um aumento considerável de tombamentos, em 1943, sendo tombados 17 bens. Entretanto, além dos tombamentos ao nível federal, é válido destacar que legislações estaduais já buscavam preservar os monumentos das respectivas unidades federativas. Como aponta Santos (2015), por exemplo, Eronildes Carvalho, interventor federal do Sergipe, a partir do Decreto-lei 94, de 22 de junho de 1938, elevou São Cristóvão a cidade histórica.

Não à toa, esses foram os quatro estados da região Nordeste a terem os maiores números de bens tombados. Entre 1937 e 1967, período em que Andrade permaneceu na direção do SPHAN, a Bahia obteve 145 tombos, Pernambuco 59, Sergipe 24 e a Paraíba 19. Em retorno ao Rio de Janeiro, Rodrigo de Andrade, em 01 de setembro de 1939, por meio de entrevista ao periódico *O Jornal*, convocava:

Quanto aos serviços gerais da repartição que dirijo, devo-lhe que temos encontrado apoio confortador na opinião nacional e **cada vez precisamos mais da cooperação ativa das populações dos estados**. Encontrei agora ambiente favorável nos quatro estados do Norte que visitei- Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. **Nessa excursão, pelo que vi, fortaleceu-se ainda mais a minha convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é muito mais valioso do que poderia parecer**, à primeira vista, aos que se preocupam com as riquezas, nesse particular, da Grécia e do Egito, por exemplo. Precisamos, para realizar a obra a que nos propomos, da colaboração de todos, em todo território nacional (ANDRADE, 1987, p. 35, grifo nosso).

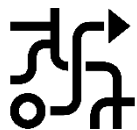
Ao convocar a cooperação ativa da população brasileira, Andrade reconhecia a importância da formação de uma rede político-intelectual formada por colaboradores dos vários estados. Ao longo de julho e agosto de 1939, o diretor do SPHAN estreitou relações com colaboradores da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. <sup>3</sup> Dessa

---

<sup>1</sup> Ver: LISTA, 2016.

<sup>2</sup> Código legislativo que estabelece o tombamento como instrumento de preservação do patrimônio material. Segundo o documento, é patrimônio nacional "o conjunto dos bens móveis ou imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

<sup>3</sup> Como Ademir Vidal, Ayrton de Carvalho, Carlos Martins, Carvalho Barroso, Cleanto Leite, Eurico Joaquim Hess, Fernando Nóbrega, José Calasans Bandão da Silva, Manuel Basto, Olívio



forma, é importante lembrar o que apontou Gomes (2007) sobre a cultura política do Estado Novo varguista, caracterizado pela marca ambígua entre o autoritarismo e a burocratização do aparelho estatal que possibilitou a implementação de políticas sociais.

Assim, compreendemos que a posição de Rodrigo de Andrade no interior do autoritário Estado Varguista não significava aderência ideológica ao regime. Muito pelo contrário, a equipe resguardada por Gustavo Capanema no Ministério da Educação despontava para práticas progressistas se comparada à equipe recrutada pelo Ministério da Justiça de Francisco Campos, formada principalmente por intelectuais orgânicos do regime ditatorial (GOMES, 2007). Assim, na viagem realizada em 1939, Rodrigo de Andrade usufruiu e assentou redes políticos-intelectuais formadas por indivíduos de diferentes posições ideológicas.

Entretanto, o que mais nos chamou atenção nessa viagem foi descobrir o processo de regionalização do Brasil pelo SPHAN. Em 18 de agosto de 1939, o recifense *Jornal do Comércio* publicou artigo que contava com trechos de entrevista cedida por Rodrigo de Andrade. O diretor do SPHAN apontava a existência de oito regiões criadas para garantir que o trabalho da instituição fosse potencializado frente à extensão territorial brasileira. As regiões eram: 1ª Região (Distrito Feral e Estado do Rio de Janeiro), 2ª Região (Amazonas e Pará), 3ª Região (Maranhão, Piauí e Ceará), 4ª Região (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas), 5ª Região (Bahia, Espírito Santo e Sergipe) 6ª Região (São Paulo e Mato Grosso), 7ª Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e 8ª Região (Minas Gerais e Goiás) (ANDRADE, 1987, p. 31).

Na verdade, essas regiões foram criadas pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que dava nova organização ao Ministério da Educação e Saúde. Segundo o artigo quatro, capítulo 01, da supracitada legislação, “fica o território do país, para efeito da administração dos serviços do Ministério da Educação e Saúde, dividido em oito regiões” (BRASIL, 1937, p. 1.210). A iniciativa de dividir o território brasileiro em regiões de interesse obedecia à rotina burocrática que se estabeleceu no governo Vargas (BOMENY, 1999), mas reforçaram o poder representativo dos estados mais

---

Montenegro, Osias Vasco Nascimento, Perpedigno Ricaldi, Raul Góis, Sílvio Rabello e Ulysses Freire.

valorizados pelas políticas de preservação ao coordenarem suas respectivas regiões. Das regiões que contaram com a instalação de superintendências, as sedes regionais tiveram um número significativo diante dos outros estados. Por exemplo, até 1945, a Bahia teve 118 bens tombados, enquanto os estados que, também, estavam contidos no grupo da 5ª região, Sergipe e Espírito Santo, tiveram, respectivamente, 21 e 04 bens tombados. A mesma situação pode ser observada no número de bens tombados dos estados de Pernambuco e Minas Gerais em relação à 4ª região e 8ª região, respectivamente.

Neste caso, oito estados da federação seriam contemplados com a instalação de superintendências regionais. Entretanto, como aponta Rodrigues (2019), por falta de recursos e pela dificuldade com o estreitamento de relações políticos-intelectuais, apenas algumas dessas regiões tiveram representação e respectivamente, a instalação de superintendências regionais. Entre as regiões que tiveram representação político-intelectual, estão: Pernambuco (4ª Região) – Gilberto Freyre e Ayrton de Carvalho; Bahia (5ª Região) – Godofredo Filho; São Paulo (6ª Região) – Mário de Andrade; Rio Grande do Sul (7ª Região) – Augusto Meyer; e Minas Gerais (8ª Região) – Epaminondas Macedo e Sylvio Vasconcellos. A segunda região e a terceira região não tiveram representações por meio de superintendências, mas como aponta Rodrigues (2019), a diretoria do SPHAN planejava instituir esses órgãos nos respectivos estados do Pará e do Ceará. No caso, a 1ª região, que correspondia ao Distrito Federal e o estado do Rio de Janeiro, era coordenada pela própria seção central do SPHAN, funcionando no Edifício Capanema, inaugurado em 1943.

Até 1945, foram tombados 417 bens móveis e imóveis. Desses, identificamos a seguinte distribuição por região: 1ª região (92 tombamentos), 2ª região (08 tombamentos), 3ª região (10 tombamentos), 4ª região (54 tombamentos), 5ª região (143 tombamentos), 6ª região (17 tombamentos), 7ª região (26 tombamentos), 8ª região (66 tombamentos). Sobre esses números precisamos fazer algumas considerações, primeiro, como salienta Rodrigues (2019), os assistentes técnicos eram responsáveis por realizar levantamentos dos bens de interesse histórico e artístico, incluindo levantamentos arquitetônicos e fotográficos. Observamos, por exemplo, que as regiões que tiveram maiores números de tombamentos, também, tiveram colaboradores que estabeleceram relações estreitas com o núcleo técnico do

SPHAN, como no caso de Pernambuco o sociólogo Gilberto Freyre, da Bahia o poeta Godofredo Filho e de Minas Gerais o arquiteto Sylvio Vasconcellos. Assim, conseguimos compreender que o produto da política nacional de patrimônio elaborada pelo SPHAN respeitou as fronteiras e as conexões da rede político-intelectual construída pelos técnicos que estavam à frente desse processo.

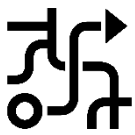
A regionalização do SPHAN tinha a intenção de formar uma rede de colaboradores profissionais para auxiliar os trabalhos técnicos frente à grande extensão territorial do Brasil. Entretanto, como bem lembrou Albuquerque Junior (1996), o vocábulo região remete, etimologicamente, a ideia de reger, comandar ou administrar, ou seja, “a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização” (p. 25). Dessa forma, apesar da ideia de gerência, o processo de regionalização do SPHAN provocou a hierarquização entre as regiões e entre os estados que compunham estas.

Para Rodrigues (2019), observado a possibilidade de intervenção dos assistentes técnicos e o número considerável de tombamentos, as superintendências regionais da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul tiveram êxito quando se analisa a proposta de Rodrigo de Andrade. Assim, a ausência de superintendências em outras regiões contribuiu para a desvalorização de alguns estados na política federal elaborada pelo SPHAN, como Amazonas, Ceará, Maranhão, Piauí e Pará. Como vimos anteriormente, a segunda região e a terceira região tiveram, respectivamente, 08 e 10 tombamentos, representando os menores índices por região. Visto essa problemática, no próximo tópico, procuramos analisar como essas regiões pouco evidenciadas na política de patrimônio do SPHAN apareceram na narrativa histórica reproduzida pela instituição. Dessa forma, nos detemos, principalmente, sobre a visão de Sertão que o serviço do patrimônio conservava.

### **DO AÇÚCAR AO COURO, A INTERIORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO: UMA REGIÃO PRETERIDA?**

Dando continuidade à discussão da regionalização do SPHAN, podemos nos perguntar sobre os mecanismos que possibilitaram essa aglutinação. Porque o Ceará esteve situado na mesma região do Piauí e do Maranhão em vez da região que





compreendia o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas? Para responder essa pergunta temos que analisar diversos vetores, como a proximidade geográfica dos estados em questão, à correspondência socioeconômica entre essas espacialidades e a proximidade cultural desses territórios.

No caso do SPHAN, a preponderância de arquitetos na instituição federal proporcionou a formação de uma política patrimonial que valorizava, principalmente, a cultura material imóvel edificada (CHUVA, 2009), assim os bens que possuísem relevância nacional para narrar à história do desenvolvimento da civilização material brasileira seria os bens salvaguardados pela política do SPHAN. Isto é, a implantação dos estilos arquitetônicos nas cidades brasileiras seria o artifício perceptível da passagem do tempo nacional (NOGUEIRA, 2005). Visto isso, entendendo estilos arquitetônicos como estéticas de determinado tempo e espaço, assim como do contexto sociopolítico e econômico. As semelhanças no processo de colonização e ocupação do território brasileiro é outro vetor da aproximação ou distanciamento entre os estados que compunham cada região administrava seguida pelo SPHAN.

Como constructo das primeiras décadas do início do século XX, sobretudo da década de 30, o Nordeste foi uma região discursivamente inventada a partir de relações de poder e através da elaboração de um acervo imagético reproduzido em todos os gêneros artísticos, intelectuais e políticos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999). Dessa forma, inferimos de fundamental importância organizar o índice das cidades nordestinas que tiveram testemunhos materiais reconhecidos pelo SPHAN, entre 1937 e 1945.

Número de bens tombados pelo SPHAN por municípios, região Nordeste (1937-1945)					
<b>Rio Grande do Norte (00 tombamentos)</b>			<b>Alagoas (01 tombamento)</b>		
Até 1945, não foi tombado nenhum bem material no estado.			Penedo	01 tombamento	
<b>Bahia (127 tombamentos)</b>					
Brumado	01 tombamento	Ituaçu	01 tombamento	Salvador	77 tombamentos
Cachoeira	26 tombamentos	Jaguaripe	02 tombamentos	Santo Amaro	04 tombamentos
Cairu	03 tombamentos	Lauro de Freitas	01 tombamento	São Francisco do Conde	02 tombamentos
Candeias	02 tombamentos	Maragogipe	04 tombamentos	São Sebastião do Passe	01 tombamento
Itaparica	01 tombamento	Mata de São João	01 tombamento	Vera Cruz	01 tombamento
<b>Ceará (01 tombamento)</b>			<b>Maranhão (03 tombamentos)</b>		
Fortaleza		01 tombamento		São Luís	03 Tombamentos
<b>Paraíba (14 tombamentos)</b>					
Cabedelo	02 tombamentos	João Pessoa	08 tombamentos	Santa Rita	02 tombamentos
Ingá	01 tombamento	Pilar	01 tombamento		
<b>Pernambuco (40 tombamentos)</b>					
Goiana	09 tombamentos	Ipojuca	01 tombamento	Paulista	01 tombamento
Igarassu	01 tombamento	Jab. dos Guararapes	01 tombamento	Recife	17 tombamentos
I. de Itamaracá	01 tombamento	Olinda	12 tombamentos	Sirinhaém	01 tombamento
<b>Piauí (06 tombamentos)</b>					
Campo Maior		01 tombamento		Piracuruca	01 tombamento
Oeiras		03 tombamentos		Teresina	01 tombamento
<b>Sergipe (21 tombamentos)</b>					
Divina Pastora		01 tombamento		Riachuelo	01 tombamento
Itaporanga D' Ajuda		01 tombamento		Santo Amaro das Brotas	02 tombamentos
Laranjeira		04 tombamentos		São Cristóvão	10 tombamentos
Nossa Senhora do Socorro		01 tombamento		Tomar do Geru	01 tombamento

Ver: Lista de Bens Tombados e processos em andamento. Acervo digital do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso: 18 de setembro de 2016.

Partindo do quadro elaborado e com o auxílio da ferramenta *Google Maps*, trilhamos o percurso das cidades que tiveram algum bem de sua cultura material reconhecido pelo decreto-lei 25/37. Observemos o mapa a seguir.

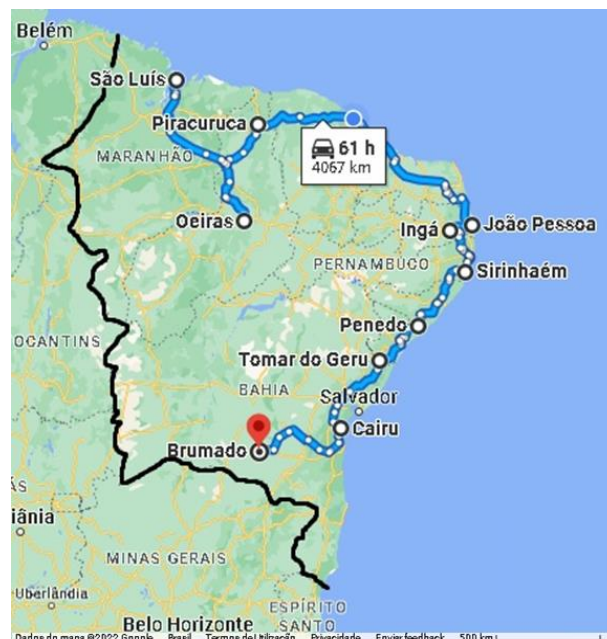


Figura 1: Destaque para cidades nordestinas que tiveram tombamentos entre 1937 e 1945. Fonte: Google Maps, 2022.

De início, no que diz respeito ao número de tombos, evidenciamos a preponderância que o litoral teve em relação ao interior do Nordeste. No processo de colonização dessa região, como afirma Prado Junior (2011), o litoral teve uma importância significativa visto que a região da Zona da Mata esteve relacionada ao plantio de cana-de-açúcar. Paralelamente, as capitais que estavam fora dessa zona geográfica, como Fortaleza, Teresina e São Luís, desempenhavam um papel de interlocução diante o transporte de mercadorias para a Europa, assim como de interiorização da colonização.

Bem, vejam que nos estados mais privilegiados do Nordeste no que diz respeito à política de tombamento, Bahia e Pernambuco, os bens tombados se concentravam no litoral ou em áreas limítrofes. Visivelmente, poucas cidades do interior foram contempladas pela política patrimonial do SPHAN, dentre elas, podemos citar o exemplo de Oeiras (PI), Teresina (PI), Piracuruca (PI), Santa Rita (PB), Pilar (PB), Ingá (PB), Ituaçu (BA) e Brumado (BA). Ao tracejar essa narrativa através da cartografia dos bens tombados pela instituição federal, logo percebemos um vazio no espaço sertanejo. Mirar o mapa do Nordeste com destaque nas cidades que tiveram algum bem de cultura material reconhecido como patrimônio nacional é reconhecer que a instituição federal não conseguiu penetrar no interior dessa região.

Entretanto, é importante salientar que o sertão não é um espaço no qual não existe povoamento ou história, mas é um espaço que passou por um processo de isolamento e reclusão. Assim, compreendemos que o projeto de nação elaborado pelo SPHAN estava em conformidade com o plano de regionalização do Nordeste que tomava o sertão como o árido espaço desconhecido e habitado por fanáticos e bandidos.

Aqui identificamos que a relação entre Rodrigo de Andrade e Lúcio Costa com os pernambucanos Gilberto Freyre e Ayrton de Carvalho ou o baiano Godofredo Filho era de proximidade, reverberando na presença da política federal de patrimônio nesses estados. Dessa forma, conseguimos inferir que o Nordeste preservado pela política de patrimônio era o espaço da saudade, definido por Albuquerque Junior (1999), como aquele que clamava pelos tempos de glória açucareira e que desejava o retorno das relações de compadrio entre o nobre senhor de engenho, o doce escravo e o sertanejo romântico.

Mas, o que era o Sertão para a grade técnica do SPHAN? Segundo João José Rescala, artista plástico que atuou como fotógrafo correspondente do SPHAN no Ceará em 1941, existiam imagens consolidadas sobre o sertão que criavam sentimentos de repulsão a qualquer técnico que tivesse interesse em elaborar inventário ou inspecionar os monumentos cearenses. Em entrevista ao projeto SPHAN Memória Oral de 1983, Rescala afirmava:

[...] Voltando ao Rio de Janeiro, como disse, Dr. Rodrigo tinha outra viagem para eu fazer, para o Ceará. Ele disse: “Olha, ninguém quer ir para o Ceará!” Porque naquela época ainda se falava muito de Lampião, de cangaceiros, dessa coisa toda... Respondi: “pois não, eu vou, com muito prazer”. Então fui eu lá para o Ceará (RESALA, 1988, p. 03-04).

Isto é, abastecidos pelas notícias sobre o banditismo ou o fanatismo religioso que dominava a política local e influenciados pela leitura evolucionista de Euclides da Cunha, os intelectuais que estiveram à frente do SPHAN se resguardaram da missão de catalogar o patrimônio sertanejo e tecer redes políticas-intelectuais com membros das academias de letras ou institutos de história e geografia regionais. Assim, os espaços que conseguiram atenção do serviço do patrimônio foram os limites do sertão que, discursivamente, prestaram de “trincheiras para a defesa dos privilégios ameaçados”, ou seja, aqueles associados à sociedade burguesa e capitalista (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 35). Entre 1937 e 1945, os monumentos provenientes do “sertão” reconhecidos pelo SPHAN seriam testemunhos do triunfo colonizador em meio a uma terra historicamente descrita como bárbara (BARBOSA, 2007).

Resguardados pelo argumento da abrangência nacional dos bens que eram tombados ao nível federal, os testemunhos da civilização material sertaneja eram reduzidos a itens relevantes apenas para a história local. Dessa forma, os bens que potencialmente representavam a cultura sertaneja tinham seus tombamentos negados ou incluídos apenas no *Livro do Tombo Histórico* como medida de acautelamento contra possíveis destruições ou desfigurações. Em 1956, Lúcio Costa consentia a inclusão da Igreja Matriz de Aracati no *Livro do Tombo Histórico* como “unicamente impedir as obras desfiguradoras que se anunciam, dando-se assim satisfação louvável empenho demonstrado pela população e ao interesse manifestado pelo Dr. Gustavo Barroso”, pois “arquiteticamente a Matriz do Aracati **não tem**

**qualidades que justifiquem a sua inclusão nos Livros do Tombo Artístico como monumento nacional”** (COSTA, 2004, p. 47, grifo nosso). Essa justificativa vai de encontro à caracterização realizada por José Rescala, em 1941. Sobre a Igreja Matriz do Aracati, apontava:

Soberbo e paramentado templo. É um conjunto belíssimo de arte e tradição embora no decorrer dos anos tenha sofrido muitos reparos e ainda conserva no seu todo uma certa harmonia. Fazendo um paralelo com as outras igrejas até agora por mim visitadas esta é que oferece maior interesse pela integridade do seu interior, todas as reformas ou acréscimos foram feitos com inteligência e bom gosto (COSTA, 2004, p. 47).

Em busca de elaborar o plano de trabalho que possibilitasse “interpretação, crítica e classificação das obras inventariadas” pela Divisão de Estudos e Tombamento do DPHAN, Lúcio Costa, em 1949, apontava que a maioria dos bens tombados no Brasil “são obras de excepcional significação regional, ou apenas local, que seria do maior interesse preservar, mas que não se enquadram nem no espírito e nem na letra da lei, por isso não apresentam características de ‘monumentos nacionais’” (COSTA, 2004, p. 88-89). Restringindo nosso olhar para o patrimônio do sertão nordestino, a narrativa evocada por meio dos tombamentos remetia a um passado violento e primitivo, com a preservação das casas-fortes e o sucesso do empreendimento colonial em expandir os valores da civilização europeia, visto a preservação de igrejas e casas de câmara-cadeia.

Em 1944, foi publicado o livro *Desenvolvimento da civilização Material no Brasil*, uma adaptação do curso realizado por Afonso Arinos ao corpo técnico do SPHAN, entre outubro e novembro de 1941. Segundo Fonseca (2009), a obra “possibilitava uma leitura dos bens e conjuntos tombados a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões brasileiras” (p. 112). Arinos interpretou a cultura do país como a fusão das três raças (indígena, negra e branca), assim como apontou parâmetros hierárquicos para os ciclos econômicos. Isto é, a cultura brasileira seria resultado da união pacífica das raças, sempre ressaltando a superioridade europeia. Rodrigo de Andrade em artigo publicado no jornal *Estado de São Paulo* de 21 de Janeiro de 1947 afirmava:

É injustificável, com efeito, acredita-se que os povoadores portugueses do Brasil tivessem vindo aprender com os nossos indígenas e erigir construções de madeira, técnica essa muito antiga e corrente na Europa e na própria península. Nem se pode admitir que os colonos europeus se resignassem a utilizar por longos

anos construções extremamente frágeis e toscas como se têm pretendido, quando é certo que, no continente de onde procediam as edificações de estrutura exclusivamente de madeira tinham tal solidez que inúmeros de seus exemplares provinham da Idade Média. Se faltavam aqui materiais e equipamentos para se fazerem, na primeira fase dos povoados, amplas construções de pedra e cal, nem por isso se poderá concluir que as edificações teriam sido por muito tempo primárias e frágeis (ANDRADE, 1986, p. 123).

Enquanto Rodrigo de Andrade afirmava que era incompreensível entender que o colonizador português tenha vindo ao Brasil aprender a construir com os indígenas brasileiros, o seu primo, Afonso Arinos de Melo Franco, fornecia suporte historiográfico ao apontar as contribuições portuguesas no desenvolvimento material brasileiro e sempre que tocava nas possíveis contribuições negras e indígenas indicava, que na verdade, essas contribuições eram resultadas da fusão racial, como podemos observar a partir da sua análise sobre os mocambos de taipa do Nordeste e da organização espacial dos quilombos, sobretudo Palmares.<sup>4</sup> Dessa forma, apesar da rede intelectual firmada entre Afonso Arinos, Rodrigo de Andrade e Sergio Buarque de Holanda, eles divergiam, pois, enquanto, em *Raízes do Brasil* (1936), Holanda reconhecia a arquitetura brasileira como resultado do vínculo construído entre portugueses e indígenas, Rodrigo de Andrade legitimava, a partir da sua noção de civilização material, a visão eurocentrista da arte brasileira, estabelecendo uma relação vertical entre as manifestações culturais negras, indígenas e portuguesas.

Ainda seguindo a perspectiva de Afonso Arinos, Rodrigo de Andrade, na edição de dezembro 1955 da revista carioca *Módulo*, elencou os ciclos econômicos mais importantes para construir a identidade nacional, os ciclos do açúcar e do ouro. Enquanto isso, outros ciclos foram menos favorecidos pelo projeto de nacionalidade construído pelo SPHAN, entre eles: o ciclo do café, o ciclo do couro (pecuária), o ciclo das drogas do sertão e o ciclo do algodão. Segundo Arinos (1971), o açúcar

---

<sup>4</sup> Segundo Afonso Arinos (1971), os mocambos nordestinos estariam sendo analisados pelos africanistas, sobretudo Arthur Ramos e Nina Rodrigues, como descendentes da arquitetura vernacular dos quilombos. Mas, como afirmou o autor "é difícil, ainda aqui, caracterizarem com segurança as influências predominantes" (p. 20). Além do mais, os mocambos que compunham a paisagem do Nordeste interiorano daquele presente, como apontou Arinos, foram resultantes da utilização da taipa pelos indígenas, técnica que foi ensinada pelos portugueses. Dessa forma, as influências portuguesas, como as igrejas ou as casas em pedra e cal, são vistas como pontapé inicial da construção da civilização material brasileira e as contribuições indígenas e negras são sempre colocadas em um limbo de incertezas sobre a suas respectivas procedências culturais.

“correspondeu a um notável adiantamento técnico e merece, assim, referência especial” (p. 30) e o ouro “evoca todo o drama de uma grande civilização americana” (p. 76), mas a pecuária, o algodão e as drogas do sertão se reduziam a uma “economia primitiva que bem mostra o atraso da civilização material” (p. 56). No caso do café, apesar de possibilitar o desenvolvimento de “uma grande civilização material, de base agrícola que viria florescer na região geoeconômica da bacia do rio Paraíba do Sul” (p. 122), representou, na concepção de Arinos, a replicação de modelos construtivos já existentes no país e intensificou a adaptação da cultura material europeia à brasileira, trazendo uma busca incessante à estética estrangeira.

Remetendo o século XIX, a descrição de Afonso Arinos, não apontava os interiores da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão como espaços relevantes para o desenvolvimento da civilização material brasileira. Enquanto isso, as capitais sertanejas, como Fortaleza e Oeiras, surgiam como espaços que detinham um desenvolvimento limitado e não apresentavam grandes contribuições para o progresso da civilização material. Segundo Arinos, assim se caracterizava a cultura material do Ceará e do Piauí:

O Ceará, periodicamente assolado pelas secas, não tinha também [em comparação a Paraíba] progredido grande coisa. Em fins do século XVIII, numa das chamadas secas grandes, houve mesmo um inegável recuo. Freguesias inteiras se despovoaram, sendo que algumas literalmente. Morreram homens e animais em grande número. Quanto a capital, Koster lhe dá no máximo 1.200 habitantes e constava de quatro ruas e uma praça com casas de rés do chão. O Piauí, pouco antes da independência teria 70.000 habitantes, dos quais cerca de 15.000 no distrito de Oeiras, que era então a capital [até 1852], pobre cidade construída de taipa. Aliás, em breve estaria decadente, pois em 1855 Alencastre lhe dá apenas 500 habitantes. Sua situação sertaneja não a deixava progredir muito. Por sinal é curiosa esta localização de uma capital sertaneja em capitania marítima. Não nos esqueçamos, contudo, de que a civilização entrou no Piauí por terra, vinda com o gado, de Pernambuco e Bahia. E ainda no século XIX o seu maior tráfico se fazia por terra, com essas duas capitanias, para as quais exportava dezenas de milhares de gado por ano. Oeiras era a antiga vila da Mõcha e fora elevada a capital do Piauí desde 1761 tendo a capitania se separado (não completamente) da do Maranhão em 1759 (FRANCO, 1971, p. 117-118).

Além do mais, o historiador mineiro apontava que até o fim do século XVI, a colonização portuguesa alcançou o atual Rio Grande do Norte, assim a ocupação da costa leste-oeste do Brasil promoveu, no século XVII, a interiorização da colonização por meio da ocupação dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Vejam, esses estados compunham a 3ª região administrativa criada pelo Ministério da Educação e

Saúde através da reforma de 1937, assim como já observamos que a 4ª e a 5ª região foram ocupadas vistas a importância da economia do açúcar para Portugal. Desse modo, a narrativa historiográfica que o SPHAN sustentava contribuía na legitimação da subdivisão do território brasileiro, assim como traduzia os vetores da colonização através dos espaços preservados. Isto é, o processo civilizatório é avaliado pelo número de bens materiais imóveis que cada sociedade conseguiu edificar, assim como pelo esmero de detalhes. Pensar a identidade brasileira pela noção de patrimônio do SPHAN é destacar as condições econômicas de cada região ocupada no período colonial.

Ao propor um sentido da colonização ao longo dos séculos de domínio português, Afonso Arinos sugeriu um roteiro cultural que explorava o processo de urbanização através do georreferenciamento de edifícios e monumentos históricos. Não à toa, muitas das construções citadas em *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* foram tombadas antes ou após o curso de formação do corpo técnico do SPHAN. Entre os monumentos localizados no Nordeste, podemos citar a Fortaleza de Santa Catarina no município de Cabedelo – PB (tombada em maio de 1938) e as ruínas da Casa-forte de Garcia D'Ávila no município de Mata de São João – BA (tombada em abril de 1938).<sup>5</sup>

Em 1944, ano de publicação do livro *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, Afonso Arinos já possuía uma inserção no campo intelectual, tendo publicado diversos títulos nas áreas de ciência política, história e crítica literária. Na área de história destacamos, *Síntese da história econômica do Brasil* (1938) e *Roteiro lírico de Ouro Preto* (1937). Entre 1938 e 1987, o intelectual mineiro permaneceu como membro do Conselho Consultivo do SPHAN por proposição de Rodrigo de Andrade, sendo um assíduo participante das reuniões propostas e requisitado em inúmeros relatos de tombamento (SILVA NETO, 2018). Dessa forma, visto a proximidade entre o SPHAN e os interpretes do Brasil,<sup>6</sup> observamos de como a instituição construía a

---

<sup>5</sup> Ver: LISTA, 2016.

<sup>6</sup> A política do patrimônio brasileiro elaborada no interior do Estado Vargas foi influenciada pelo movimento modernista que desde o início do século XX procurou caracterizar o Brasil e o brasileiro por meio da cultura resultante da relação violenta estabelecida entre as etnias colonizadoras e colonizadas. Em meio aos efeitos ocasionados pelo movimento de 1930 que pôs Getúlio Vargas no poder, intelectuais que ocupavam institutos de história e geografia, academias de letras, agremiações político-partidárias e repartições públicas procuraram



legitimidade da narrativa histórica elaborada pelos espaços privilegiados pela política de tombamento, ou seja, de acordo com a construção das redes de sociabilidade intelectual.

Segundo esses interpretes, a sociedade brasileira foi forjada por meio dos ciclos econômicos estabelecidos no território, para tanto existem diversos estudos que trabalharam as amplitudes da “sociedade do açúcar”, da “sociedade aurífera” ou da “civilização do couro”. Entretanto, ao percebermos que a economia do couro ou do algodão no sertão e a economia do açúcar no litoral nordestino existiram em tempos concomitantes um é mais valorizado que o outro nas políticas de preservação. Pernambuco e Bahia que foram os estados mais favorecidos do Nordeste brasileiro pelas políticas patrimoniais se firmaram como centros econômicos e políticos no período colonial. Dessa forma, compreendemos a importância de questionar a escrita da história estabelecida pelo SPHAN, assim como de (re)pensar o lugar da sociedade sertaneja no projeto de preservação modernista.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Em 1975, foi publicado, pela Fundação Nacional do Material Escolar (FUNAME), o *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil* organizado pelo arquiteto Augusto Carlos da Silva Teles. Segundo Gonçalves (2016), esse atlas “foi uma entre muitas publicações oficiais que durante a ditadura cívico-militar, objetivaram estimular o patriotismo e o civismo entre estudantes brasileiros” (p. 33).

---

tecer bases para uma interpretação geral da história do Brasil que revisassem os pressupostos estabelecidos por intérpretes oitocentistas, como Francisco Adolfo de Varnhagen. É dessa forma, por exemplo, que, em 1936, Sergio Buarque de Holanda dedicou um capítulo de *Raízes do Brasil* para pensar os desafios anunciados ao longo das três primeiras décadas do século XX e propor parâmetros sociais após a Nossa revolução. Nesse contexto, a rede intelectual, tecida pelos agentes do patrimônio que se envolveram com o SPHAN, foi reforçada pelas interpretações desses intelectuais que viram na transformação do pensamento social brasileiro possibilidades de lançar novos olhares sobre a história do Brasil. Além de Afonso Arinos que contribuiu formalmente na formação dos técnicos da repartição e atuou no Conselho Consultivo, e Sergio Buarque de Holanda que informalmente circulou pelos corredores da Academia SPHAN, Gilberto Freyre atuou inicialmente como técnico da 5ª superintendência regional. Além desses, através do levantamento de artigos publicados na *Revista do Patrimônio*, ainda destacamos a participação de outros intérpretes, como Afonso Taunay, Manuel Bandeira, Mário de Andrade e Paulo Thedim Barreto. Como parte da operação intelectual, Rodrigo Melo Franco de Andrade, por exemplo, teceu comentários sobre obras de diversos pensadores de sua geração, produzindo um largo material de resenhas, notas bibliográficas e prefácios (Ver: ANDRADE, 1986; 1987).

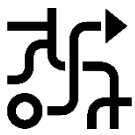
O *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil* foi dividido em nove unidades, das quais as oito primeiras reuniam monumentos históricos de regiões político-administrativas. No caso, os monumentos da região Nordeste estavam alocados entre as unidades 01, 02 e 05, sendo a quinta unidade a reunião dos estados do Ceará, Maranhão e Piauí com os estados nortistas do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Rondônia.<sup>7</sup> Dessa forma, identificamos que as regiões, concebidas pela Lei n° 378/37, que tiveram menos bens tombados nas duas primeiras décadas de atuação do SPHAN foram representadas através de uma aglutinação que apontava para o descompasso destacado em nossa pesquisa. Ou seja, a ausência de superintendências regionais da instituição federal nos estados do norte do país e na região que compreendia os estados do Ceará, Maranhão e Piauí, assim como o distanciamento entre o SPHAN e sujeitos dessas unidades que poderiam colaborar com o trabalho da instituição federal nesses territórios.

Ao acompanhar os dados quantitativos do atlas por meio da pesquisa de Gonçalves (2016), identificamos que, apesar da unidade 05 reunir o maior número de estados brasileiros, era a unidade que apresentava um menor número de páginas, proporcionalmente, se observado a extensão territorial. Segundo os dados coletados, a unidade 05 continha 28 páginas para mapear o patrimônio de 09 estados, enquanto, por exemplo, as unidades que mapeavam o patrimônio paulista tinham 22 páginas e o patrimônio mineiro 54 páginas (GONÇALVES, 2016, p. 39).

Bem, em 1975, o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), denominação utilizada pelo órgão federal de preservação entre 1970 e 1979, era dirigido por Renato Soeiro, arquiteto carioca que desde 1938 vinha atuando na instituição do patrimônio, como assistente técnico e chefe da seção de obras da Divisão de Restauração e Conservação. Dessa forma, ao analisar o atlas organizado por Augusto Carlos Teles apoiado na noção de patrimônio elaborada pela rede de

---

<sup>7</sup> Em 1937, político-administrativamente, o Brasil era dividido em cinco regiões. A região Norte continha dois estados, Amazonas e Pará, e três territórios, Território do Rio Branco, Território do Amapá e Território do Acre. O atual estado de Rondônia pertencia à região Centro-oeste com a denominação de Território do Guaporé. Assim, a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, seguiu as orientações administrativas, alocando apenas os estados do Pará e do Amazonas na 2ª região. Situação diferente do que acontecia em 1975, quando o Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil foi publicado.



sociabilidade tecida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, identificamos que a geografia do patrimônio elaborada pelo antigo SPHAN, entre as décadas de 30 e 40, ainda influenciava as práticas administrativas da instituição federal, assim como inspirava a narrativa histórica elaborada pelos antigos arquitetos da memória.

Portanto, reafirmamos a importância da construção de uma rede político-intelectual para o assentamento do trabalho administrativo em todo o território brasileiro e o fornecimento de legitimidade para a regionalização do patrimônio através da elaboração de uma narrativa histórica. Assim, conseguimos compreender que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional participou do processo de elaboração socioespacial do que conhecemos hoje por Nordeste, através, inclusive, dos próprios critérios de seleção do que deveria ser preservado e ritualizado. O espaço da saudade que abrigava os tempos áureos da colonização portuguesa em detrimento do interior caracterizado como violento e bárbaro, foi o meio operacional utilizados pelos intelectuais ligados ao SPHAN para contribuir nesse processo de invenção regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

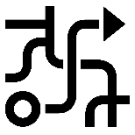
BARBOSA, Ivone Cordeiro. Entre a barbárie e a civilização: O lugar do sertão na literatura. In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 56-75.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Edições Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 137-166.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: Trajetória da Política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. Sobre Geografia. IN:\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2010, p. 153-165.



GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In:\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp. 2016, p. 485-499.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Editora Hucitec – FAPESP, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. *Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro*. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em história) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, 424 p.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 24, pag. 97-105, 1996.

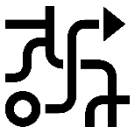
SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Prefácio dos tempos: caminhos da Romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (século XIX e XX)*. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em história) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2015, 320 p.

\_\_\_\_\_. Um intelectual a serviço do patrimônio: José Calasans, o ensino de história e as políticas do SPHAN em Sergipe. *Revista Patrimônio e Memória* – UNESP, São Paulo, v. 14, n. 01, p. 222-239, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1879-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA NETO, Jamile da. *Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo do SPHAN e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história (1938-1966)*. Dissertação de Mestrado (Programa de pós-graduação em história) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado). 2018, 159 p.

TEIXEIRA, Carla Drielly dos Santos. Do papel do jornal às ondas do rádio: o Diário de São Paulo e o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil, 1931-1937. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH*. Saberes e práticas científicas (Rio de Janeiro, 2014). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2014,



[https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400527937\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuhRJ.pdf](https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400527937_ARQUIVO_TextoAnpuhRJ.pdf).

## FONTES

ANDRADE, Rodrigo Franco Melo de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura – Fundação Pró-memória, 1986.

\_\_\_\_\_. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura – Fundação Pró-memória, 1987.

BRASIL. Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, p. 1.210 - 1.216, 15 jan. 1937.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. Organização: José Pessoa. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INSTITUTO DO CEARÁ. Estatutos do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 01, n. 01, p. 09-11, 1887.

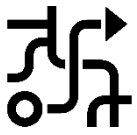
LISTA de Bens Tombados e Processos em Andamento, 1938 - 2016 (Endereço Eletrônico do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico*, 2016). Ver em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso: 18 de setembro 2016.

MOVIMENTO do porto e do aeroporto. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 ago. 1939. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital.

PELA restauração dos monumentos históricos de Porto Seguro, a cidade berço do país. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 jun. 1939. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital.

RESCALA, João José. *Memória Oral: Depoimento de João José Rescala (Nº 3)*. Rio de Janeiro: SPHAN – Pró-memória, 1988.

\_\_\_\_\_. *Relatório de viagem ao SPHAN e à Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1941.



SERÃO restaurados os monumentos de Porto Seguro. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 jun. 1943. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

Recebido em 17/03/2024

Aprovado em 04/09/2023